

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# **PROVA ORAL**

## **PONTO V**

### **DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR**

#### **QUESTÃO 5**

Inicialmente, o Ministério Público ajuizou ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos de consumidores de serviços bancários. O juízo julgou procedente o pedido e condenou as instituições financeiras a devolverem os valores cobrados ilegalmente. A sentença condenatória transitou em julgado e, após seis meses, o Ministério Público deu início à execução do título executivo judicial. Devidamente intimadas da decisão que deferiu o processamento da execução, as instituições financeiras interpuseram agravo de instrumento, sustentando a ilegitimidade ativa do Ministério Público para promover a execução de direitos individuais disponíveis.

Com base nessa situação hipotética, discorra sobre a alegação das empresas réis e, de forma fundamentada, esclareça a legitimidade ativa do Ministério Público para impulsionar a liquidação e a execução da referida sentença.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# PROVA ORAL

## PONTO V

### DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

#### QUESTÃO 5

Luísa foi prefeita nos períodos 2001-2004 e 2005-2008, enquanto seu irmão, Pedro, nos mesmos períodos, foi vereador. No período 2009-2012, Pedro exerceu a presidência da câmara municipal e assumiu interinamente o cargo de prefeito por dois dias no semestre anterior ao pleito de 2012. Pedro se candidatou à chefia do Poder Executivo municipal em 2012, em oposição a Luísa.

Ao apresentar o pedido de registro de candidatura, Luísa alegou que Pedro teria assumido a chefia do Poder Executivo em razão de afastamento simultâneo do prefeito e do vice-prefeito mediante fraude, para forçar sua inelegibilidade, já que a inimizade política entre ambos seria notória; além do mais, Pedro, por ser irmão da ex-prefeita que havia exercido os dois mandatos anteriores, não poderia ter assumido a chefia do Poder Executivo, sob pena de configurar o terceiro mandato da mesma família. O Ministério Público não impugnou o pedido de registro de candidatura de nenhum deles. O registro de ambos foi deferido.

Com base no caso relatado e no disposto no § 7.º do artigo 14 da Constituição Federal, que dispõe que são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, de governador de estado ou território, do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição, responda, de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos:

- a) A vedação prevista no dispositivo constitucional citado é de natureza objetiva, ou há possibilidade de se perquirir acerca dos aspectos subjetivos invocados por Luísa?
- b) Haveria possibilidade legal de Pedro ter assumido a chefia do Poder Executivo ou esse fato configuraria o terceiro mandato da mesma família?

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# PROVA ORAL

## PONTO V

### DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

#### QUESTÃO 5

Um empresário, de comum acordo com o seu contador, fez constar do livro de registro de entradas valor superior ao referente à efetiva aquisição de mercadorias, o que gerou créditos superiores aos que ele teria direito. Dessa forma, o empresário, com o auxílio do seu contador, logrou diminuir em R\$ 1 milhão o valor do tributo devido a título de ICMS a ser pago ao erário.

Em face dessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, às seguintes indagações.

- a) Caso o promotor de justiça ofereça denúncia, quem deverá constar no polo passivo da ação penal?
  - b) Caso o valor sonegado seja considerado de grave dano à coletividade, a pena imputada aos autores, em caso de condenação, poderá ser agravada?
-